

RELAÇÕES DE PODER NO ENSINO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL (*)

LUIZ ROSSI

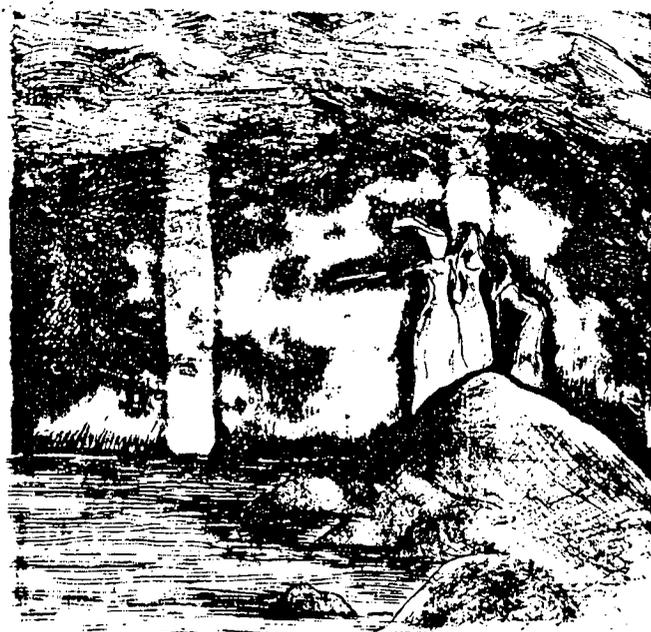
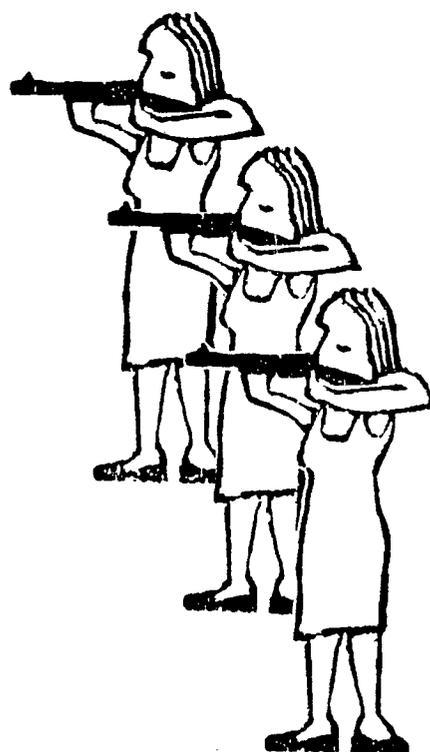


Ilustração Luis Gallina

Gallina.

(*) Texto publicado na revista
SINPRO EDUCAÇÃO - Ano I / Outubro 1990

Em junho de 1987, o Conselho de Educação do Distrito Federal (CEDF) aprovou os princípios do Plano Quadrienal de Educação (PQE) para o período 1987-1990 proposto pelo então Secretário de Educação, professor Fábio Vieira Bruno. Esse plano tinha como metas estabelecer as prioridades político-pedagógicas da rede pública, reorganizar a máquina burocrático-administrativa, mobilizar e motivar profissionais, estudantes e comunidade, além de prever recursos financeiros a serem investidos na educação pública do DF, neste período.

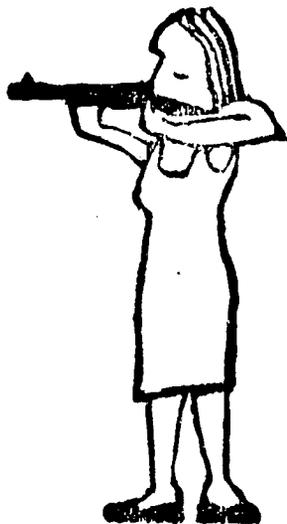
Hoje, quase ao término do tempo previsto para viabilizar o Plano, verificamos que ele não se tornou um instrumento útil para a reorganização pedagógico-administrativa da escola pública no DF. Nem a cúpula dirigente, nem a maioria dos diretores, professores e funcionários assumiram efetivamente a sua implantação e implementação. Verificamos que ele se tornou uma peça formal e com dimensão burocrática.

O PLANO QUADRIENAL DE EDUCAÇÃO

A brochura que apresenta o Plano é composta das seguintes partes: inicialmente a Resolução 02/87 do CEDF de 9 de junho e a homologação de 10 do mesmo mês da Secretaria de Educação do DF (SEDF), atos de aprovação do PQE. Seguem uma Apresentação e uma Introdução, nesta sendo explicitado um objetivo geral – Resgate do ensino público do Distrito Federal – além de 6 outros específicos: modernização administrativa, definição da tipologia das escolas, democratização da escola, universalização do ensino, revitalização do conteúdo e da forma de ensino e valorização dos recursos humanos. Na situação atual é feita uma síntese das condições do ensino desenvolvido pela Fundação Educacional do DF (FEDF), instituição subordinada à SEDF e que responde pela educação pública no DF. Em Políticas/Estratégias, Programas/Projetos e Ações Prioritárias são indicadas as metodologias a serem desenvolvidas e as prioridades a serem alcançadas. Por último, temos os fatores inibidores, a conclusão e os anexos.

Em meados de 1987, a Secretaria de Educação indicou os membros da Comissão Permanente "integrada por servidores da SE/FEDF e subordinada ao Gabinete do Secretário de Educação para realizar o acompanhamento, a avaliação e sugerir eventuais mudanças nos rumos do próprio Plano. No mesmo período foram constituídas Comissões Regionais compostas por representantes dos Complexos Escolares em cada cidade do Distrito Federal, subordinadas à Comissão Permanente, com objetivo de coordenar as ações de elaboração, de acompanhamento e de avaliação do PQE em sua área de atuação.

A estratégia da SEDF partiu da idéia de que a própria unidade escolar levantasse os dados solicitados a partir de uma matriz única elaborada pela Comissão Permanente. Assim, em um processo que seria viabilizado de baixo para cima, cada Comissão Regional elaboraria o PQE da área, restando à Comissão Permanente elaborar o Plano do Distrito Federal, a partir dos dados obtidos nos vários níveis anteriores. Com isto, acreditavam os estrategistas da SEDF, seria possível levantar as necessidades e prioridades nas unidades escolares e nas regiões, mobilizar e organizar professores, estudantes e comunidade.



O Plano Quadrienal de Educação (PQE) do GDF se assenta na concepção burguesa de escola, garantindo a igualdade formal e não a real de oportunidades. Este formalismo é a condição política fundamental para resguardar os interesses da burguesia brasileira. Trata-se de um conteúdo liberal-individualista, que põe a nu a manipulação e o controle da minoria sobre a maioria da população.

AS ESTRATÉGIAS DE IMPLANTAÇÃO

Justificou a adoção desta estratégia a crença de que uma vez concluído o Plano ter-se-ia alcançado, a partir dos dados obtidos de baixo para cima, uma visão de conjunto da situação da escola pública do DF, com a identificação dos principais problemas, definição das prioridades e previsão das estratégias a serem desenvolvidas.

Contudo, não foi isto que aconteceu. Desde o início, as autoridades da SE/FEDF se utilizaram de procedimentos autoritários e burocráticos na elaboração e implantação do PQE. O Plano foi imposto aos Complexos e às escolas, não restando aos professores senão cumprirem as determinações e o cronograma vindos de cima. Não houve discussões mais elaboradas por parte dos professores e o preenchimento da matriz por parte das escolas geralmente foi um ato mecânico e formal como é tradição nos planejamentos da FEDF.

A Comissão Permanente, mesmo quando solicitada, não conseguiu ultrapassar os limites burocráticos, dificultando sobremaneira as discussões teóricas e metodológicas. Ela permaneceu na defensiva todo tempo, restando a ela o papel de compatibilização dos dados vindos das várias Comissões Regionais.

De outro lado, a maioria dos professores e das direções rejeitou o PQE em princípio. Esta atitude não foi tomada a partir de uma reflexão teórica e metodológica profunda, postura que privilegiou e reforçou assim os encaminhamentos de caráter burocrático tomados pelas autoridades da Secretaria de Educação.

AS PERIPÉCIAS DE UMA PROPOSTA LIBERAL-CONSERVADORA

Com o advento da Nova República em 1985, temos a acentuação do processo de liberalização que já vinha ocorrendo desde 1974. O General Geisel, presidente da República entre aquele ano e o de 1979, desenvolve com sucesso a política de "distensão lenta, gradual e segura", o que permitiu a manutenção das estruturas políticas e econômicas intactas até os nossos dias.

Portanto, o processo político que vem se desenvolvendo nestes últimos

15 anos tem um caráter fundamentalmente liberal e secundariamente democrático. As mudanças foram muito mais formais que reais. A renda e a terra continuam concentradas em pouquíssimas mãos, o arrocho salarial permanece como a política de transferência de renda para uma minoria privilegiada, o país desenvolve uma política de compra de "pacotes tecnológicos" no estrangeiro. No caso da educação, o analfabetismo, a repetência, o abandono da escola, a baixa qualidade do ensino continuam como regra.

É neste contexto que se deve compreender a dinâmica de elaboração e as tentativas de implantação do Plano Quadrienal de Educação.

Os princípios do PQE aprovados pelo CEDF têm claramente, no papel, uma dimensão democrática e participativa. Ao lê-los, temos, à primeira vista, a impressão de que ele poderia contribuir para a melhoria da qualidade do ensino da FEDF. Mas, numa análise mais profunda e acurada, constatamos o seu caráter liberal-conservador.

Embora expressões como democracia e participação estejam presentes, há um ocultamento do verdadeiro conteúdo político do Plano. Em nenhuma página, é explicitada qual é a filosofia democrática, qual é o projeto pedagógico, qual é a participação real dos docentes na direção do processo educacional. Aparece a forma mas não o conteúdo político-pedagógico. O que é, como ensinar, quem será o beneficiário deste ensino são questões encobertas no Plano.

O formalismo da proposta guarda, contudo, um conteúdo político. Ele se assenta na concepção burguesa de escola. Garante a igualdade formal e não a real de oportunidades. Este formalismo é a condição política fundamental para resguardar os interesses da burguesia brasileira. A revelação deste conteúdo liberal-individualista põe a nu a manipulação e o controle da minoria sobre a maioria da população.

Esta concepção de educação, que garante a igualdade formal e não a real — reforça o liberalismo e não a democracia — está na raiz das dificuldades de acesso e de permanência na escola de milhões de brasileiros. Além do mais, esta política educacional inculca nesses milhões de excluídos a falsa idéia de que eles são os responsáveis pelo próprio fracasso. A burguesia, ao utilizar este expediente, preserva ainda mais os seus privilégios, mantendo na miséria milhões de cidadãos que produzem as riquezas do país, mas que são excluídos de seus benefícios.

UMA TEORIA PEDAGÓGICA NO GUETO

Em 1985, a SE/FEDF aprovou uma nova proposta curricular, cujos fundamentos teórico-metodológicos se encontram na Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos. Sem entrar no mérito de sua validade prática, ela enseja condições de discussão, de elaboração e de experimentação pedagógicas radicalmente diferentes, e mesmo opostas, em relação às concepções tecnicistas e burocráticas ainda vigentes na prática educacional da FEDF.

Em nenhum momento, as autoridades da Secretaria da Educação levaram em conta a proposta pedagógica acima referida, quando dos processos de elaboração e de implantação do PQE. Assim, constatamos a existência de um Plano que oculta um conteúdo liberal-individualista, quando, na mesma instituição, existe uma proposta educacional que propõe a democratização da escola e a melhoria da qualidade de ensino, principalmente nas redes públicas.

Como já afirmamos, a transição conservadora é o centro do processo político vivido por nós nos últimos 15 anos e, com o advento da Nova República, esta transição não adquiriu um caráter efetivamente democrático. Esta situação se manifestou na correlação de forças no interior do Governo do Distrito Federal, a partir de 1985. Embora se pudesse contar com a presença de algumas personalidades democráticas em cargos governamentais, o aparelho estatal continuou firmemente controlado e manipulado pela minoria que detém o poder no Brasil ao longo das últimas décadas.

Nesse cenário, um projeto democrático na área educacional teria que enfrentar os interesses liberais-conservadores. E foi o que aconteceu. A Aliança Democrática que assumiu o GDF em 1985 era formada pelo PMDB e pelo PFL, com o apoio do PCB e do PC do B: a hegemonia, entretanto, era dos setores conservadores e não dos progressistas. Assim, o conteúdo político do PQE não poderia ser democrático, mas sim, como o foi, liberal-conservador. O objetivo estratégico era permitir alguma liberdade como a de palavra, sem contudo, promover uma mudança democraticamente radical no sistema educacional do DF como o acesso de todas as camadas da população a todos os níveis de educação, de informação e, sobretudo, de uma vivência pedagógica e democrática. Era a manutenção da política de modernização

conservadora que se expressou nas reformas universitária (Lei 5540/68) e na de 1º e 2º graus (Lei 5692/71) da ditadura militar, entre outras.

O FORMALISMO IMPERA TAMBÉM ENTRE OS EDUCADORES?

Ao tempo em que comentamos a postura política das autoridades educacionais, devemos também tecer algumas considerações sobre o comportamento dos funcionários das escolas, dos estudantes e da população beneficiária do ensino público.

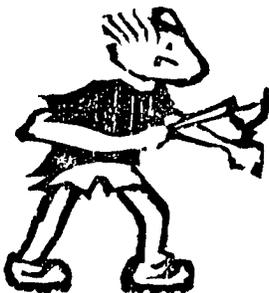
O próprio conteúdo liberal-conservador do Plano impediu um apoio significativo por parte dos trabalhadores lotados na FEDF, de seus alunos e da própria população. O caráter do Plano prescindia deste apoio. A luta travada por esses setores era a da democratização das relações internas na escola, da melhoria da qualidade do ensino, principalmente para as populações de baixa renda. Já o conteúdo político do PQE, como vimos, encobria a manutenção do sistema educacional antidemocrático e antipopular.

Importante se torna salientar esta questão, pois as relações que se estabelecem no interior do sistema de ensino refletem a dialética entre as classes sociais na sociedade. A escola e seus participantes não estão imunes a essas contradições. No interior do aparelho escolar se estabelecem hegemonias político-ideológicas, acontecem confrontos de interesse, mesmo que a maioria de seus membros não tenha consciência do fato.

Para se ter idéia das peripécias sofridas pelo Plano Quadrienal de Educação, é necessário, pois, compreender as já vistas posições existentes no Governo do Distrito Federal (GDF), ao mesmo tempo que nos seja clarificado o papel exercido pelos movimentos dos professores, dos funcionários técnico-administrativos, do alunado e da comunidade, através de suas associações e entidades.

O que é importante entender no posicionamento da maioria dos professores é o caráter da resistência política oferecida à implantação do PQE. Ela não se caracterizou como um meio para alcançar determinados objetivos educacionais. A resistência se tornou um fim em si mesma, visto que a maioria do professorado não tinha, naquele momento, uma compreensão crítica do papel da escola na sociedade capitalista e dos espaços de ação pedagógica existentes em seu interior.

As direções dos Sindicatos de Administração Escolar (SAE) e dos Professores (SINPRO) têm contribuído para reforçar posturas atrasadas e nocivas entre os trabalhadores em educação, ao não considerarem a importância fundamental da questão pedagógica em suas estratégias políticas globais.



São inúmeros os exemplos de atitudes demonstrativas do impasse, da passividade, do ceticismo e da desconfiança que tomou conta da maioria do corpo docente da FEDF: "se o PQE vem do Governo, não presta"; "os colegas que trabalham com o PQE estão a serviço do Governo"; "não faço nada pois o diretor não deixa"; "esses professores só pensam em seus interesses"; "esses alunos da periferia não cooperam"; "vou deixar a FEDF para ganhar dinheiro"; "vou me virar sozinho, pois os colegas não querem nada"; "você que é nova na FEDF, não se entusiasme muito, é perda de tempo".

A formação recebida pelos professores, tanto nas escolas normais como nas universidades, tem se caracterizado por seu baixo nível teórico, o que reforça neles as atitudes individualistas e céticas, com graves prejuízos para o ensino público. Esta postura reflete o papel secundário desempenhado pela educação na formação dos jovens, principalmente trabalhadores, numa sociedade capitalista dependente e excludente como a nossa.

A própria FEDF fortalece este comportamento ao não criar as condições materiais e, principalmente, as pedagógicas para que a escola se torne um local em que a criatividade do professor e do aluno se manifeste sempre. Ao contrário disto, tem imperado a concepção tecnicista e burocrática que desabrochou entre nós nos anos da ditadura militar, cabendo a ela, por isso, grande responsabilidade pela alienação dos professores e dos alunos, pela falta de diálogo na escola e pela solução dos problemas pedagógicos a partir de medidas tomadas burocraticamente pelas direções, quando não, por atitudes de pura repressão.

A liberdade de expressão e a possibilidade de ampliar o espaço democrático na escola pública precisam ser cultivadas diariamente pelos que se interessam por uma educação de melhor qualidade para todos. A contrapartida para esta atitude que procura criar na escola novo diálogo, rico e criativo, são certos posicionamentos, ainda presentes na FEDF, de saudades da "disciplina", do "rigor" e da "hierarquização" das relações entre as pessoas.

A liberdade, a democracia, a participação, não assumidas consciente e disciplinadamente pelos que trabalham e que têm interesse na existência de uma escola democrática provocam o caos e a anarquia, condições favoráveis para surgirem os chefes que tudo decidem em nome de todos. É a ditadura aberta ou camuflada.

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E O PQE

Houve, em 1987 principalmente, mas também em 1988, uma profunda incompreensão e ignorância por parte da maioria das entidades de professores, de pais e de estudantes, como também por parte de partidos democráticos sobre o espaço político que se abriu com as tentativas de implantação do PQE na escola pública do DF.

Os representantes dessas entidades tomaram o PQE como um fim em si mesmo, não como um meio, um instrumento que deveria ser utilizado para aprofundar a discussão sobre os fins da educação. Essa atitude política paralisou o debate e o embate entre as várias concepções, contribuindo para a permanência do tecnicismo-burocrático como a concepção que ainda orienta os professores da FEDF em suas tarefas pedagógicas cotidianas. Como consequência, não se travou no interior da escola uma disputa com as concepções dominantes, com o fim de ganhar o espaço aí existente que tem permanecido exclusivo dos interesses burgueses.

Isto se constitui numa debilidade política que advém, como já foi dito anteriormente, de concepção doutrinária e mecânica ainda vigente entre nós, que concebe a educação como mera reprodutora das relações sociais. Para ela, a escola não tem nenhum papel nas transformações sociais, isto é, ela serve apenas, em nosso sistema capitalista, para formar os educandos nos valores e hábitos do regime dominante. Por isto, não tem sentido, para esta concepção, travar uma luta pedagógica no interior da escola. Para esses setores, somente quando se contar com um Governo democrático e popular no regime capitalista ou quando acontecer a revolução é que também se terá as condições de se educar democraticamente as nossas crianças e jovens.

As circunstâncias descritas têm levado o movimento dos trabalhadores em educação do DF a considerar tão-somente a questão salarial em sua estratégia sindical. A questão pedagógica é motivo de discursos veementes e de uma prática que deixa, contudo, a escola como domínio dos interesses políticos antidemocráticos e antipopulares.

Com frequência, temos visto posições que consideram que o encaminhamento da questão pedagógica passa necessariamente pela questão salarial. É como se esta reivindicação resolvesse, num passe de mágica, a me-

lhoraria da qualidade de ensino, por exemplo.

Esta postura sindical não permanece atenta às questões pedagógicas. Não as considera em sua especificidade. Por isto, as discussões sobre o caráter das atividades educacionais que se efetivam na escola não são objeto de maior atenção. Os professores se organizam coletivamente na defesa de seus justos interesses salariais e de melhores condições de trabalho, chegando até a greve. Porém, não procedem da mesma maneira quando se trata de realizar um esforço coletivo na luta pela melhoria da qualidade do ensino, por exemplo. O que tem prevalecido, nesses momentos, são as posições individualistas e descompromissadas, chegando até a manifestações do mais rasteiro oportunismo e cinismo para explicar esta omissão. As direções dos Sindicatos de Administração Escolar (SAE), mas principalmente a dos Professores (SINPRO), têm contribuído para reforçar estas posturas atrasadas e nocivas entre os trabalhadores em educação, estudantes e comunidade ao não considerarem a importância fundamental da questão pedagógica em sua estratégia política global.

OS PROFESSORES FRENTE AO PQE

Os professores da escola pública do DF tiveram três posturas com referência à elaboração e implantação do PQE.

A primeira, congregou pessoas que controlavam a Secretaria de Educação principalmente, mas também a FEDF, parte delas remanescente da Diretoria do Sindicato dos Professores, gestão 1983/1986, que foram os responsáveis pela elaboração do PQE e pelo estabelecimento de suas principais estratégias de implantação. A característica principal deste grupo foi a utilização de medidas burocráticas na viabilização do Plano. Como já vimos, o desenvolvimento desta política, realizada de forma consciente ou não, veio a reforçar a concepção liberal-conservadora através da corrente tecnicista.

A segunda, que emanou principalmente da prática desenvolvida pela diretoria do Sindicato dos Professores, gestão 1986/1989, considerou corretamente que o conteúdo político do PQE era antidemocrático e antipopular. Mas, ao mesmo tempo, numa atitude equivocada, não estimulou a discussão nas

escolas sobre o verdadeiro caráter do PQE, pois considerou, naquele momento, que isto seria fazer o jogo dos setores dominantes.

Os defensores desta postura, situados em posições importantes no movimento sindical, democrático e popular, paralisaram as discussões, caracterizando os que tentaram realizá-la como aliados dos setores dominantes. A escola como espaço político-pedagógico permaneceu como área de domínio das concepções educacionais atrasadas. Textos não foram elaborados, seminários não foram realizados, jornais não foram publicados. Esta atitude veio reforçar o comportamento de passividade, de marasmo intelectual e de desorientação vivido por parte significativa dos professores da escola pública do DF.

A terceira postura foi aquela defendida por professores do Complexo Escolar "A" de Ceilândia, incorporado à Diretoria Regional de Ensino da mesma cidade.

O elemento principal da posição destas pessoas foi o de considerar o PQE como um instrumento para discutir e aprofundar as questões pedagógicas. O esforço orientou-se em articular os professores principalmente, para que tornassem cada escola em particular e a FEDF como um todo, espaços de elaboração teórica e metodológica, com a crítica ao tecnicismo e às concepções atrasadas existentes nas escolas da FEDF.

Esta postura partia (e parte) da idéia de que a questão pedagógica deve ser tratada como área política específica. O seu espaço privilegiado é a escola e, como tal, é em seu interior que se trava o confronto entre as várias concepções existentes numa sociedade de classe.

Obs.: Os professores Erasto Fortes Mendonça, Maria José dos Santos Rossi e Omar dos Santos leram a primeira versão, sugerindo várias mudanças que tornaram o texto mais claro e objetivo.

Luiz Basílio Rossi é professor da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB).